

O GRUPO COMO DISPOSITIVO DE INTERVENÇÃO PSICANALÍTICA

Maria Elizabeth Mori

Recentemente, ao participar de evento sobre pesquisa clínica em Psicanálise (II Conferência Regional “As várias faces da pesquisa clínica”, patrocinada pela SBPSP), chamou-me a atenção o interesse dos presentes a respeito do processo de trabalho em grupo, a partir das experiências dos Working Parties (WP). A criação da Diretoria de Comunidade e Cultura (DCC) pela FEBRAPSI também é um outro acontecimento que merece destaque no meio psicanalítico por valorizar trabalhos junto de grupos de comunidades locais, além de atentar para os movimentos sociais, culturais e políticos da sociedade.

Os WP são distintas propostas metodológicas de investigação clínica, de tempo limitado, realizadas em grupo de psicanalistas, num processo de trabalho de livre associação dos participantes, conduzidas por coordenadores e com a presença de observadores. Cada uma possui características próprias e critérios de composição e funcionamento e buscam compreender os fenômenos que ocorrem na sala de análise, nosso laboratório, quando sessões de um paciente são apresentadas com a presença do analista e colocando em tensão as diversidades teóricas do nosso campo. Atualmente, são cinco métodos (Especificidade da psicanálise; Escuta da escuta; Microscopia da sessão analítica; Métodos clínicos comparados; Método dos três níveis) que buscam responder às seguintes questões: O que é o conhecimento psicanalítico? Como o obtemos? Como escutamos uma narrativa clínica? Em suma, como é nosso processo de trabalho e o que nos caracteriza como psicanalistas?

Robert Hinshelwood, psicanalista da Sociedade Britânica de Psicanálise e professor da Universidade de Essex, Inglaterra, autor do livro *O que acontece nos grupos: psicanálise, o indivíduo e a comunidade*, enfatizou que os WP são atividades de trabalho em gru-

po de psicanalistas com experiências com análise individual, em consultórios privados. Para esse psicanalista, os relatores dos WPs aparentaram “fé no trabalho grupal”, apesar de a formação nas instituições psicanalíticas não contemplar ordinariamente o estudo de grupos. Manifestou certa estranheza pelo fato de não terem sido relatadas situações de conflitos nos processos de trabalho dos WPs. Ou, então, na apresentação dos resultados dos trabalhos deixaram de ser explicitados os problemas ocorridos, ficando, mais uma vez, os não-ditos institucionais, “pois, todos sabemos como é difícil a convivência na vida institucional das nossas sociedades”!

Ricardo Bernardi, da Associação Psicanalítica do Uruguai, enfatizou a necessidade da intervenção grupal para a constituição de um processo de triangulação ampliado, com a inclusão do olhar de um terceiro, para auxiliar a compreender o que ocorre no encontro da dupla analítica. Os WP são uma extensão do processo de escuta para além das supervisões clínicas, tradicionalmente utilizadas no nosso campo de atuação, com a presença de vários psicanalistas para juntos pensarem “o caso”. (Para saber mais, ver *Revista Brasileira de Psicanálise*, 44(3), 2010, sobre “A escuta em questão: os Grupos de Trabalho”).

UMA PSICANÁLISE DE GRUPO

Tomando estes acontecimentos como analisadores, pergunto-me: os WP e as atividades a “céu aberto” (trabalho psicanalítico fora dos consultórios), ao tomarem o grupo como dispositivo de intervenção psicanalítica, produzirão algum processo de mudança nas relações institucionais do nosso meio psicanalítico? Trata-se de uma aposta de convivência entre psicanalistas experientes (ou não) e na valorização do trabalho grupal, para além de uma investigação científica, em detrimento de um trabalho exclusivamente individual.

Um diálogo entre diferentes. De escutas e de narrativas clínicas, com suas teorias (explícitas e implícitas) e práticas, no espaço grupal.

O “grupo”, portanto, ocupa o lugar do possível, como um terceiro, no espaço intermediário entre indivíduo e sociedade, onde o diálogo, a criação e a ousadia do “brincar” a partir da livre associação sejam experimentados coletivamente. Neste sentido, são atividades que tentam superar a dicotomia entre indivíduo e sociedade (multidão, massa, povo), o privado e o social, que atravessa nossa cultura e ainda mantém aceso o debate sobre um certo psicologismo versus sociologismo dos saberes: à psicologia coube o estudo dos fenômenos individuais e à sociologia, dos fenômenos sociais. A psicologia também se divide ao falar em psicologia individual e psicologia social.

Os movimentos do sujeito e do social foram pensados por Freud que considera os trabalhos de Le Bon, McDougall e Trotter para pensar em algo que coloque limite à expansão narcísica do sujeito. Em 1921 Freud escreveu “Psicologia das Massas e Análise do Eu”, um texto fundamental para a compreensão dos fenômenos psíquicos quando os indivíduos estão reunidos. Na introdução afirma que “na vida psíquica do ser individual, o Outro é via de regra considerado enquanto modelo, objeto, auxiliador e adversário, e portanto, a psicologia individual é também, desde o início, psicologia social” (*Obras completas*, v. 15, p. 14, Companhia das Letras, 2011). Ou seja, o ser humano é um ser social. E Freud convocará Eros, as relações amorosas (libidinosas, afetivas), como o principal fator civilizatório que permitirá a passagem do egoísmo para o altruísmo. Do narcisismo ao social.

Para muitos autores esse caminho trilhado por Freud é o que permitirá propor uma psicanálise de grupo. Mas, falar de fenômenos de massa é o mesmo que falar de grupos? Pergunta-se Regina Benevides (professora do Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense, atualmente consultora da Pathfinder International, em Washington) que nos oferece sua tese de doutoramento, publicada no livro *Grupo, a afirmação de um simulacro* (2007), de cuja cartografia sobre os movimentos de elaborações teóricas sobre grupos ressaltarei as contribuições com forte inclusão da psicanálise.

Wilfred Bion, psiquiatra e diretor de um hospital inglês, durante a segunda guerra, onde predominava a indisciplina e a hierarquia, realizou experiência grupal utilizando-se da leitura psicanalítica para a integração

institucional. Inserindo o grupo como intermediário da relação indivíduo-sociedade, o grupo passa a ocupar dois lugares: “um espaço onde se digladiarão o indivíduo, seus conflitos, sua história privada, sua identidade pessoal, versus os indivíduos, seus mitos, sua história grupal, sua identidade grupal... o grupo como espaço-arena e organização de diferentes ações e intercâmbios entre seus membros” (Benevides, 2007, p.104).

Pichon-Rivière, na Argentina, cria a técnica do grupo operativo. O grupo se define pela tarefa e esta se conforma pela estruturação do grupo. “O que está em jogo é o tipo de vínculo que se estabelece durante o processo de trabalho. O grupo operativo tem como função essencial aprender a pensar, isto é, desenvolver a capacidade de resolver situações conflitantes manifestadas no campo grupal. (...) A produção grupalista argentina continuou com Grinberg, Langer, Rodrigué, Bauleo e Bleger” (idem, p.105).

Na França, nas décadas de 1960-70, outros psicanalistas pensam o grupo a partir dos conceitos psicanalíticos: Anzieu, Pontalis, Kaës, Missenard, Bejarano. O grupo serve como contexto de descoberta das formações inconscientes. As ações em grupo são deslocamentos, condensações e figurações simbólicas. Todo grupo tem suas características (símbolos e mitos), seja entendendo-o como um sonho (Anzieu) ou como aparelho psíquico grupal (Kaës). O relevante é tomá-lo como objeto (externo e interno), sendo o grupo suporte de investimentos pulsionais. Não há grupo sem imaginários. E o papel do analista é o de ser permeável às representações imaginárias, de modo a elucidá-las e levar o grupo a sua elaboração. Os fantasmas são individuais e entram em ressonância quando vividos em grupo, segundo Benevides.

ANÁLISE INSTITUCIONAL

A crise das instituições nos anos de 1960 e o questionamento das práticas políticas (capitalismo X comunismo) faz instituir o Movimento Institucionalista, reunindo conjunto de correntes de pensamentos que tinham como elemento aglutinador apoiar processos de autoanálise e de autogestão de coletivos. Estimula-se o surgimento de experiências disruptivas em relações estabelecidas como se fossem “naturais”. O conceito de instituição se desvincula de organização e se desloca para forma como se produzem e reproduzem as relações sociais. Instituição não mais representativa de algo estático, mas que envolve a relação entre um movimento instituinte

de produção de novas relações e realidades sociais, e o instituído, formas sociais naturalizadas que surgiram de movimentos instituintes anteriores.

A análise institucional, proposta inicialmente por René Lourau, nos anos 1970, surge com objetivo de ir além da discussão das relações no interior dos grupos, colocando em cena a análise das instituições que atravessam e determinam estas relações. Conceitos são propostos: 1) analisador: um acontecimento que irrompe no grupo, denunciando as tensões e conflitos presentes nas relações institucionais; 2) análise da implicação: análise dos vínculos (afetivos, profissionais e políticos) que os indivíduos mantêm com as instituições, não devendo ser confundido com engajamento e investimento.

Gilles Deleuze e Félix Guattari propõem, em meados de 1970, a esquizoanálise como um processo de análise dos modos de subjetivação de indivíduos e grupos em suas relações com instituições e o mundo. Conhecida também como “Clínica das diferenças”, tensiona as explorações sociais e afetivas que se dão na micropolítica, questionando suas ações, desconstruindo modelos de representação e potencializando o desejo, percebido como revolucionário. Problematisa discursos e saberes instituídos. Possibilita olhares e intervenções vividos na experimentação e oferece ferramentas que podem ser acionadas por todo profissional de saúde: 1) transversalidade: ampliação da comunicação entre as linhas verticais (hierarquizadas e instituídas no campo da gestão, com atitudes do tipo “manda quem pode e obedece quem tem juízo”) e as linhas horizontais representativas de corporações profissionais que se expressam em seus tecnicismos e separam, subtraindo, os não especialistas; 2) territorialização e desterritorialização: o desejo em seu movimento de conexão não

respeita fronteiras e muro de territórios consolidados pelo instituído, mas produz movimentos de desterritorialização, instituindo novas práticas, discursos, relações e equipamentos; 3) produção de subjetividade: o desejo é produção de novos modos de existências, de processos de subjetivação que constituem formas de existir socialmente, nos quais nos movemos e nos reconhecemos no mundo.

EXPERIÊNCIA NO SUS

Com base nas propostas dessas abordagens grupais, com ênfase no inconsciente, participei de um coletivo de profissionais da saúde (dentre eles, alguns psicanalistas) no Ministério da Saúde, a partir de 2003, quando formulamos uma política pública de saúde denominada Política Nacional de Humanização, da Atenção e da Gestão do SUS, PNH, o HumanizaSUS (ver artigo “Os Coletivos da PNH: a cogestão em ato”, *Interface*¹). Até meados de 2015, quando essa política foi extinta, realizamos intervenções em grupos de gestores, trabalhadores e usuários de serviços de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS), quando pudemos colocar em análise os processos de trabalhos grupais. No DF esta experiência foi publicada no artigo “Apoio Institucional e cogestão: a experiência da PNH no SUS DF”, também pela revista *Interface*².

O apoiador (analista institucional) toma o grupo como dispositivo, procurando intervir em situações de conflito latente, em não-ditos institucionais, que produzem alienação e descontentamento com a vida institucional que causam sofrimento aos trabalhadores e criam barreiras ao acesso. Neste processo percebe-se que os grupos apresentam uma realidade complexa e paradoxal, já que incluem movimentos de fechamento (com atitudes de ensimesmamento e assujeitamento),

assim como de abertura e processualidade (expansão instituinte em busca de outras saídas criativas e novos problemas), como bem lembrado pelo Eduardo Passos (psicólogo e psicanalista, professor da UFF, ex-consultor da PNH) na apresentação do livro de Benevides. Para o autor, os grupos se apresentam como “rede quente”, ao produzirem continuamente a si e o mundo, permitindo a comunicação dos díspares, do que é forma e do que é força, do que é produto social ou subjetivo, ocupando um não-lugar e afirmando utopias ativas. E como “rede fria”, ao se desconectarem de um plano de produção, se deslocando do produzir-se, cujo efeito é do esfriamento, do incapacitar-se, do perigo de congelar-se, assujeitar-se.

Penso, portanto, no grupo como dispositivo psicanalítico de intervenção na vida institucional. E por isso, entendo ser necessário ampliarmos nossos estudos sobre o campo e, assim, efetivar o quarto eixo de formação psicanalítica, sobre grupalidades e vida institucional, objetos de trabalhos de psicanalistas de nossas instituições. Como exemplo, cito o artigo “O candidato e a instituição psicanalítica. Um quarto eixo na formação psicanalítica?”, objeto de pesquisa relatada pela diretoria da Associação de Candidatos da SBPdePA, na Revista Fepal, 2006, agregando-o ao clássico tripé constituído pela análise didática, seminários clínicos e teóricos e supervisão clínica.

Trata-se de retomarmos os artigos de Freud sobre a cultura e o que tem sido produzido por muitos psicanalistas contemporâneos a respeito de grupos. Assim, para que nós, psicanalistas que habitamos instituições psicanalíticas, passemos a pensar de modo mais abrangente como estamos produzindo nossos processos de trabalho constitutivo da nossa alma grupal, contribuindo para emergência de novos instituintes.

(ENDNOTES)

- 1 Mori, M.E.; Oliveira, O.V.M. (2009). Os coletivos da Política Nacional de Humanização (PNH): a cogestão em ato. *Interface – Comunicação, Saúde e Educação*, 13(1), 627-640.
- 2 Mori, M.E.; Oliveira, O.V.M. (2014). Apoio institucional e cogestão: a experiência da Política Nacional de Humanização no SUS no DF, Brasil. *Interface – Comunicação, Saúde e Educação*, 18(1), 1063-1075.



Maria Elizabeth Mori é membro associado da Sociedade de Psicanálise de Brasília